



Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia

ISSN: 1415-0549

revistadafamecos@pucrs.br

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
Brasil

Hohlfeldt, Antonio

Crônicas de Machado de Assis e romance folhetim de Almeida Garrett: duas experiências pioneiras

Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia, vol. 23, outubro, 2016

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=495553929007>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto



# Crônicas de Machado de Assis e romance folhetim de Almeida Garrett: duas experiências pioneiras<sup>1</sup>

*Machado de Assis's chronicles and Almeida Garrett's feuilleton romances: two pioneer experiences*

Prof. Dr. Antonio Hohlfeldt

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, ex-Presidente da INTERCOM (2008-2013). Pesquisador do CNPq. Autor de obras como "Teorias da Comunicação: Conceitos, escolas e tendências" (Vozes; 14ª edição em 2016) e "A history of the press in the Portuguese speaking countries" (Porto, Media XXI, 2013).

<[hohlfeld@pucrs.br](mailto:hohlfeld@pucrs.br)>

## RESUMO

O artigo busca evidenciar as relações entre Jornalismo e Literatura, a partir de dois casos referenciais: em Portugal, Almeida Garrett; no Brasil, Machado de Assis. Sabe-se que a maior, constante e principal atividade profissional de Machado de Assis foi a crônica jornalística, que ele exerceu ao longo de toda a sua vida. Dali tirou sustento. Mais que isso, na crônica ele exercitou estilo e temas que depois desenvolveria em contos e, sobretudo, no romance. Quanto a Almeida Garrett, já na maturidade, publicou "Viagens em minha terra" em folhetins na Revista Lisbonense Universal, não porque tivesse alguma dificuldade em encontrar editor, mas porque, segundo se propõe aqui, a forma narrativa adotada, do folhetim, correspondia aos objetivos do escritor, de fazer uma espécie de crônica política sem correr riscos de perseguição por parte das autoridades de então. Em ambos os casos pretende-se concluir que as relações entre Jornalismo e Literatura são mais estreitas do que parece à primeira vista e, sobretudo, o Jornalismo viabilizou a divulgação literária através dos espaços dos periódicos de então.

**Palavras-chave:** Literatura e Jornalismo. Machado de Assis. Almeida Garrett.

## ABSTRACT

The article tries to show the relationship between journalism and literature, from two reference cases: in Portugal, Almeida Garrett; in Brazil, Machado de Assis. It is known that most constant and main occupation of Machado de Assis was the journalistic chronicle, which he held throughout his life. From there he drew sustenance. More than that, in chronic he exercised style and themes that develop later in stories and, above all, in the novel. As for Almeida Garrett, already in maturity, published "Travels on my land" in serials in the Journal Lisbonense Universal, not because he had some difficulty finding editor, but because, as is proposed here, the narrative form adopted, the serial corresponded to writer's goals, to make a kind of political chronicle without risk of persecution by the then authorities. In both cases it is intended to conclude that the relationship between journalism and literature are narrower than appears at first sight and, above all, journalism allowed the literary dissemination through the spaces of the so journals.

**Keywords:** Literature and Journalism. Machado de Assis. Almeida Garrett.

1 Sessão 6, Painel II – Conference host' Panel, in IALJS – 11 Conference, Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 19 a 21 de maio de 2016. Mesa do dia 19 de maio.

Há várias maneiras de referenciar uma história do jornalismo europeu. Podemos começar remetendo-nos às antigas crônicas portuguesas ou relações lusas, como nos mostra Jorge Pedro Sousa (2007), modelos narrativos manuscritos ou impressos ainda imprecisos em suas delimitações e características, se vistos a partir dos dias de hoje, mas suficientes para chamarem a atenção do jovem Tobias Peucer que, em 1690, decidiu dirigir-lhes sua atenção e sobre tais publicações redigiu o que se pode hoje chamar de primeira tese a respeito do jornalismo impresso (Sousa, 2016).

Podemos, contudo, preferir uma datação que se situe no século XVIII, na Inglaterra dos publicistas como Daniel Defoe ou Jonathan Swift, mescla de pioneiros da literatura de ficção e, ao mesmo tempo, do jornalismo de ideias, que mereceram a ampla defesa de um John Milton, em “Areopagítica”, de 1643 (1999), quando o rei inglês pretendeu, através de uma lei a ser votada pelo Parlamento, impor-lhes restrições e dificuldades de circulação e acessibilidade. Ainda, e enfim, podemos falar de seus inícios como sendo o lançamento, em 1836, dos jornais franceses *La presse* e *Le siècle*, respectivamente criados e dirigidos por Émile de Girardin e Armand Dutacq, que dariam início ao que hoje denominamos de imprensa industrial, quando a matéria-prima do jornalismo, a informação – cuja narrativa transforma-se na notícia ou na reportagem – torna-se sua principal atração. Não obstante, tais jornais não dispensaram a proximidade com a Literatura: ao mesmo tempo em que se preocuparam em demarcar fronteiras, diferenciando ambos os campos, buscaram, nos escritores de ficção, a boa redação e a criatividade capaz de dar à redação da informação de maior fôlego, aquelas mesmas características de atratividade que a narrativa ficcional já alcançara. Foi assim que os jornais *modernos* formalizaram sua proximidade com a Literatura, ao mesmo tempo em que os jornalistas, por seu turno, faziam questão de distinguir-se dos escritores de ficção pelo comprometimento com a fidelidade e a verdade com que retratariam a realidade imediata, mas a partir da qual teciam também suas narrativas.

A principal característica desta imprensa do começo do século XIX, que se espalha ao longo de todo o seu desenrolar e adentra-se pelo século XX, é que uma espécie de acordo tácito entre jornalistas e ficcionistas foi firmado: uns e outros trabalhariam em conjunto, mas não se permitiriam misturar suas identidades. É claro que isso nem sempre foi seguido à risca. No caso brasileiro, por exemplo, é conhecido o fato, já nas primeiras décadas do século XX, do escritor e jornalista Lima Barreto que, em plena primeira página do *Correio da Manhã*, estampou um texto intitulado “Os subterrâneos do Morro do Castelo”, ao tempo em que a administração da cidade do Rio de Janeiro desenvolvia

pesadas obras de modernização da cidade, desmontando, literalmente o morro – locus do nascimento da cidade – e aterrando, poucos quilômetros além, a baía de Guanabara, origem do atual Aterro do Flamengo, Glória etc., locais hoje transformados em aceleradas pistas de automóveis e ônibus, bem como de magníficos jardins tropicais (Barreto, 1999). Este texto, embora ficcional, foi estampado durante alguns dias como se matéria redacional fosse, até que observações e reações de alguns leitores mais atentos levaram a direção do jornal a esclarecer a verdade dos fatos. Para o leitor de hoje, talvez até a *experiência* fosse uma questão de ética. Mas, naquela *belle époque* não se deixou de refletir que a narratividade jornalística ou ficcional teria praticamente as mesmas características, salvo uma, primordial: a veracidade. Na prática, Lima Barreto valera-se de uma espécie de *lenda urbana*, devidamente revivida, para atrair a atenção dos leitores do jornal, misturando seu texto às reportagens de primeira página que inundavam a publicação, diante da polêmica que tais obras haviam suscitado na opinião pública, alguns defendendo-as em nome da higienização e modernização; outros, condenando-as, em nome da guarda e manutenção da história da fundação da cidade.

Lima Barreto não fez muito diferente do que Daniel Defoe já experimentara no século XVIII, quando editou um texto como “A aparição da Sra. Veal”, no *The review* (1715), de sua propriedade, enquanto matéria editorial (diríamos hoje, uma espécie de grande reportagem, inclusive assegurando, inúmeras vezes, ao longo do texto, sua veracidade). Anos depois, o mesmo texto encontrava-se estampado num volume chamado “Contos de fantasmas” (Defoe, 1997), e assim tem sido difundido. A passagem do texto, do registro jornalístico (conforme as características de então, reconheça-se) para o da literatura, ocorreu sem que se mudasse uma única passagem do mesmo, apenas retirando-o, contudo, da página do jornal e colocando-o nas páginas de um livro, trocando-se o título do jornal pelo de uma coletânea ficcional. Isso nos ilustra bem a proximidade entre a Literatura e o Jornalismo, mas, ao mesmo tempo, também destaca, com igual significação, o que difere o Jornalismo e a Literatura.

Há outros aspectos, contudo, talvez *externos* ao Jornalismo e à Literatura, mas nem por isso menos importantes, que precisam ser mencionados. Os novos jornais, para se afirmarem junto ao público letrado, entenderam que deveriam buscar a concorrência dos escritores. Os escritores, por seu lado, compreenderam que se quisessem se tornar efetivamente populares e (re) conhecidos, não poderiam apenas escrever seus livros, mas precisariam assinar textos nos jornais. Assim se conta em “Ilusões perdidas” (1843 [1946]), de Honoré de Balzac: não obstante o escritor francês fosse extremamente crítico

sobre o que chamava de *novo jornalismo* (Balzac, 1999), nem por isso deixou de aceitar convites para publicar seus contos e novelas em jornais que lhe garantiam a sobrevivência e, muitas vezes, o pagamento das dívidas de jogo. Deste momento em diante, o jornal serviria de plataforma de lançamento e vitrina de promoção do escritor que, por seu lado, ajudaria o jornal a vender-se junto ao grande público, servindo-lhe de atração muito especial. Escolheu-se até mesmo um espaço privilegiado para tais colaborações, o rés-do-chão da primeira página, aquele do chamado *folhetim* (*feuilleton*, para os franceses), que logo se transformou no *romance folhetim*, fazendo as glórias de Alexandre Dumas, Eugène Sue, Ponson Du Terrail e tantos outros, até transformar-se em publicação autônoma dos *pulp fiction* norte-americanos.

Brasil e Portugal não ficaram à margem deste processo. No Brasil, o *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, já em 1839 começou a estampar traduções desses romances franceses e logo estava a publicar originais e autores brasileiros, muitas vezes sob pseudônimos, pois eram os mesmos jornalistas que guardavam algumas veleidades de literatos e assim expandiam suas goradas vocações. Do mesmo modo, em Portugal, tais publicações se notabilizaram. No Brasil, o crítico Tinhorão (1994) chega a dizer que sem se fazer um amplo levantamento de tais publicações, sobretudo num território tão vasto quanto o do país da América do Sul, é impossível escrever uma verdadeira história da literatura brasileira. Nesse caso, destaque-se que a chamada *independência* da antiga colônia portuguesa certamente muito ajudou neste processo, ainda que idas e vindas se sucedessem quanto à censura e a uma verdadeira liberdade de expressão, ao menos até o início do II Império, com Dom Pedro II (Tinhorão, 1994).

O mesmo deve-se dizer em relação a Portugal, diante da multiplicidade de jornais que se passaram a se produzir, sobretudo depois dos acontecimentos da revolução liberal do Porto, de 1820 e a legislação liberalizante de 1823. É certo que também em Portugal tivemos marchas e contramarchas até a fixação de uma administração razoavelmente liberal. Ambos os processos podem ser localizados temporalmente na segunda metade do século XIX. É aqui que dois processos ocorrem paralelamente: de um lado, os jornais publicam, no espaço do romance-folhetim, peças de ficção, adaptadas para aquele espaço ou especialmente criadas para ele; de outro lado, mistura dos antigos comentários críticos sobre as artes (diríamos hoje, as *resenhas*), combinados com a experiência estética da criação literária e a necessidade de se fazerem referências aos acontecimentos imediatos do cotidiano, desenvolve-se um novo tipo de texto, híbrido por natureza, que passaria a ser conhecido como

crônica. No Brasil, sua gênese pode ser atribuída a Francisco Otaviano, no *Jornal do Comércio*, a partir de 2 de dezembro de 1852 e, depois, no *Correio Mercantil*, em 1854 (Coutinho, 1968). O primeiro autor a se consagrar na função seria José de Alencar, que substituiria Otaviano naquele jornal. Depois dele, não haveria escritor de ficção que não estampasse seus comentários periódicos – semanais, diários etc. – nas páginas de algum jornal, podendo-se citar, dentre tantos, Manuel Antonio de Almeida ou Olavo Bilac, Lima Barreto ou João do Rio. Todo o Romantismo expressou-se nas crônicas de algum jornal, prática que avançou até o Realismo, bastando lembrar que Machado de Assis, o fundador da Academia Brasileira de Letras, escreveu e publicou crônicas diárias ao longo de toda a sua vida. Em Portugal, do mesmo modo, os fundadores do Romantismo lusitano, em especial Alexandre Herculano e Almeida Garrett, dedicaram-se ao gênero, não apenas em jornais, especificamente, como em revistas como *Panorama* (caso de Herculano) ou *Revista Lisbonense Universal* (caso de Almeida Garrett).

A título de ilustração, aprofundamos algumas referências a estes dois escritores, Machado de Assis e Almeida Garrett, por traduzirem duas experiências diferentes quanto às relações entre o Jornalismo e a Literatura.

Os estudiosos de Machado de Assis afirmam que quantitativamente, a crônica corresponde à maior parte da obra do escritor, tendo em vista não só aquilo que publicou em vida, na forma definitiva de livro, como o que vem sendo publicado, desde Mário de Alencar, em 1910, até as edições Jackson, de 1937, e a recolha feita por Raimundo Magalhães Jr., mais recentemente, numa série de volumes (Moisés, 1964, p. 12).

Reconhece-se que “se tratou duma *forma* literária quase obsessiva na caminhada estética” do escritor e que não apenas ocupa a maior parte de sua vida biológica e literária, quanto se desenvolve paralelamente à evolução do próprio gênero no Brasil. Por isso mesmo, Massaud Moisés (1964, p. 12) afirma que “a ele cabe à paternidade no amadurecimento da crônica”, que tem como principais características a “atualidade e universalidade” e por isso elas são *modulares* e ainda hoje perduram como leitura que sobreviveu ao tempo, deixando, pois, o campo do puro jornalismo para inserir-se no da literatura.

Barreto Filho, em estudo biográfico sobre o escritor, afirma que as fontes de inspiração da crônica machadiana

[...] são a pilhéria, a maledicência, a anedota carioca, essa coisa quase indefinível que já se cristalizara no espírito da capital, uma espécie de gracejo, menos pesado que a farsa, menos inteligente que a ironia, menos grosseiro que a facécia (Barreto Filho, 1947, p. 2).

---

Machado de Assis conviveu permanentemente com o *fait divers* que o jornalismo nascente registrava e, quando não o trazia das páginas do jornal, buscava-o diretamente nas ruas e nas galerias políticas, desde a Câmara Municipal até o “Velho Senado”, para usarmos o título de uma de suas mais conhecidas e citadas coletâneas de crônicas, passando até mesmo pelos nomes de batismo das *polcas*, cujos “nomes tão expressivos e maliciosos” vieram a lhe inspirar um sem-número de textos (Barreto Filho, 1947, p. 181).

Afrânio Coutinho, em excelente estudo intitulado *Machado de Assis cronista* mostra que

[...] desde 1859, em *O Espelho*, e depois em março de 1860, quando entra para a redação do *Diário do Rio de Janeiro*, o jornal de Quintino Bocaiúva, e ainda na *Semana Ilustrada* (1860-1975), em *O Futuro* (1862), na *Ilustração Brasileira* (1876-1878), em *Cruzeiro* (1878) e na *Gazeta de Notícias* (1881-1904), foram mais de quarenta anos de atividade como cronista, compreendendo 614 crônicas, sobre os mais variados assuntos (Coutinho, 1990, p. 294-295).

---

Na verdade, Machado de Assis travara o primeiro contato com o jornalismo a partir de 1857, pois se tornara tipógrafo da *Marmota Fluminense*, folha bissetimanal de Paula Brito (Franco, 1989; Montello, 1989). Coutinho (1990) lança mão de um estudo de Eugênio Gomes para classificar em quatro grupos a produção do cronista Machado de Assis, nos períodos de 1861-1867; 1876-1878; 1883-1889 e 1892 a 1900.

As do primeiro grupo refletem a tendência romântica, e nas seguintes é nítida a transformação para um espírito crítico, com propensão para o humorismo e o tom psicológico, que se acentuam até firmar a maneira própria do cronista, que observa os acontecimentos do dia-a-dia (Coutinho, 1990, p. 295).

---

Pode-se concluir que a crônica machadiana faz parte da própria história do gênero no Brasil, ao mesmo tempo em que evolui ao longo de toda a obra literária machadiana, servindo-lhe de ponto de experimentação, tanto temático, quanto estilístico, além de lhe aprimorar o senso de observação e a capacidade de reflexão capaz de ser transmitida ao leitor sem a imposição dos dogmas afirmativos. Pelo contrário, ela é sutilmente expressa através de hipóteses que ele explora dialogicamente, à medida em que sempre inclui um hipotético leitor. Este leitor antecipa aquele que, muito tempo depois, idealizaria Umberto Eco, à sua imagem e semelhança, de sorte a poder expor simultaneamente ideias contraditórias, sem parecer, por isso, ele mesmo contraditório (Eco, 1994).

Ao longo de todos esses anos, abundaram os pseudônimos, como era comum na imprensa da época, utilizados por Machado de Assis, como Lélío (*Balas de estalo*), Malvólio (*Gazeta de Holanda*), Dr. Semana (*Badaladas*), João das Regras (A+B) ou Policarpo, conforme registra Cardoso (1992, p. 137 e ss.), além de Lara, Job, Eleazar e Sileno, dentre outros, como o Dr. Semana, das “Badaladas” da *Semana Ilustrada*, conforme Brayner (1982, p. 408).

Tendo iniciado na crônica com apenas 20 anos de idade, Machado de Assis evidenciaria, nos primeiros tempos, uma tendência polemista que, logo depois, abandonaria definitivamente, o que se constata naquela primeira crônica com que inaugura seu espaço em *O Futuro* (Assis, [1862] 1955). Ele experimentou todo o tipo de texto, todo o tipo de estilo, chegando mesmo a fazer crônicas em versos, em quadras, como era a moda lançada por Augusto Fábregas, em *O País*, e que ele explorou ao longo de sua colaboração na *Gazeta de Notícias*, intitulada “Gazeta de Holanda”, num total de 48 textos. Também experimentou a crônica em forma dialogada, quase que como um texto dramático, como a série “A+B”, que assinava como João das Regras. Por isso mesmo, afirma Brayner:

---

A crônica [machadiana] não é um *texto-ponte* para os outros, *maiores*. É a solda capaz de unir uma produção literária de mais de quarenta anos. Qualquer estudo sobre sua obra passará, necessariamente, por esse exercício cotidiano de tornar o heterogêneo da historicidade cúmplice pela mediação da arte (Brayner, 1982, p. 416).

---

Através dos textos de Machado de Assis podemos, inclusive, documentar a evolução da crônica e a mudança de seu conceito. Começemos por conhecida crônica de 30 de outubro de 1859, intitulada “O folhetinista” (entenda-se “O cronista”):



Uma das plantas européias que dificilmente se tem aclimatado entre nós, é o folhetinista [...]. O folhetinista é originário da França, onde nasceu, e onde vive a seu gosto, como em cama no inverno. De lá espalhou-se pelo mundo, ou pelo menos por onde maiores proporções tomava o grande veículo do espírito moderno; falo do jornal. Espalhado pelo mundo, o folhetinista tratou de acomodar a economia vital de sua organização às conveniências das atmosferas locais [...]. O folhetim nasceu do jornal, o folhetinista por consequência do jornalista [...]. O folhetinista é a fusão admirável do útil e do fútil, o parto curioso e singular do sério, consorciado com o frívolo. Estes dois elementos, arredados como pólos, heterogêneos como água e fogo, casam-se perfeitamente na organização do novo animal [...]. O folhetinista, na sociedade, ocupa o lugar do colibri na esfera vegetal; salta, esvoaça, brinca, tremula, paira e espanja-se sobre todos os caules suculentos, sobre todas as seivas vigorosas. Todo mundo lhe pertence; até mesmo a política. [...] Tem a sociedade diante de sua pena, o público para lê-lo, os ociosos para admirá-lo, e as bas-bleus para aplaudi-lo. [...] passam-se séculos nas horas que o folhetinista gasta à mesa para construir a sua obra [...]. Como quase todas as coisas deste mundo o folhetinista degenera também [...]. Em geral o folhetinista aqui é todo parisiense; torce-se a um estilo estranho, e esquece-se, nas suas divagações sobre o boulevard e café Tortoni, de que está sobre um mac-adum lamacento e com uma grossa tenda lírica no meio do deserto [...]. Escrever folhetim e ficar brasileiro na verdade é difícil. Entretanto, como todas as dificuldades se aplainam, ele podia tomar mais cor local, mais feição americana. Faria assim menos mal à independência do espírito nacional, tão preso a essas imitações, a esses arremedos, a esse suicídio de originalidade e iniciativa (Machado de Assis, [1859] 1955, v. 1).

Observe-se que, para escrever essa crônica, está mais do que claro ter Machado de Assis se debruçado na história pretérita do gênero, tanto que o fixa, corretamente, na França, e define com absoluta objetividade o que deve ser o desafio do cronista. Mais do que isso, contudo, chama a atenção o fato de que o texto se constitui num verdadeiro manifesto sobre a nacionalização da crônica e, neste sentido, antecipa o ensaio de Assis, intitulado “Instinto de Nacionalidade”, publicado em 1873 (Moisés, 1964, p. 93 e ss.). O escritor terminaria por cumprir aquilo que entendia ser necessário à crônica brasileira, vestindo-a com a originalidade e o estilo, não apenas da língua portuguesa, quanto com o clima brasileiro, mediante uma equilibrada incorporação da língua falada no Rio de Janeiro, que adequou ao português clássico de suas leituras.

Dez anos depois desse texto, em fins de 1869, numa crônica do *Jornal da Tarde*, ele volta a conceituar seu trabalho, gizando, uma vez mais, as características do *folhetim* (compreenda-se *crônica*):

O folhetim é o anão do circo Chiarini; enquanto os vários artistas executam os mais difíceis saltos, o anão deve apenas divertir a platéia dizendo o que vem à cabeça. O folhetim é filho do acaso e da fantasia. Sua musa é o capricho, seu programa a inspiração (Assis, 1869).

Em um de seus últimos escritos, Machado de Assis aproxima-se da imagem de Champollion, “porventura maior; não decifrarei palavras escritas, mas ideias íntimas de criaturas que não podiam exprimi-las verbalmente” (Assis, 1878), reiterando esta imagem do pesquisador e do decifrador, numa espécie de eco da mesma imagem que usara na crônica de muitos anos antes:

Eu gosto de catar o mínimo e o escondido. Onde ninguém mete o nariz, aí entra o meu, com a curiosidade estreita e aguda que descobre o encoberto. Daí vem que, enquanto o telégrafo nos dava notícias tão graves como a taxa francesa sobre a falta de filhos e o suicídio do chefe de polícia paraguaio, cousas que entram pelos olhos, eu apertei os meus para ver cousas miúdas, cousas que escapam ao maior número, cousas míopes. A vantagem dos míopes é enxergar onde as grandes vistas não pegam (Assis, [1894] 1955, v. 3, p. 359 e ss.).

Mais do que jornalismo, neste momento, a função de cronista já excedeu, em Machado de Assis, a perspectiva jornalística para assumir os foros de literatura.

A questão trazida por Almeida Garrett é diversa. Ele praticou o jornalismo, tal como Machado de Assis, durante praticamente toda a sua vida. Escreveu, dirigiu, editou jornais. Mas produto da maturidade do escritor João Baptista da Silva Leitão de Almeida Garrett, mais conhecido literariamente apenas como Almeida Garrett, “Viagens na minha terra”, embora tenha alcançado imenso sucesso literário e popular, desde o início de sua divulgação, pelas páginas da *Revista Universal Lisbonense*<sup>3</sup>, em 1843, e depois, em livro, a partir de 1846,

3 Alguns autores registram, erradamente, *Revista Universal Lisboense* e outros pretendem que seja *Revista universal ilustrada*, como ocorre no prefácio de Júlio Dantas para o “Prólogo” a uma edição das edições de Garrett (Garrett, Almeida. *Viagens na minha terra*. Porto: Moderna, sem data). Mas trata-se da

sempre desafiou seus estudiosos quanto a uma sua eventual classificação entre os gêneros literários<sup>4</sup>.

“Mistura de relato de viagens com ensaísmo, em que se mete algo de reportagem, uns versos de poesia e um romance inteiro”, afirma Backes (1999, p. 7), ecoando outros pesquisadores. De fato, João Gaspar Simões, em estudo sobre o escritor, indaga-se, em certo momento: “[...] que espécie de livro é? Que é que Garrett tinha em vista ao escrevê-lo?” (Simões, 1964, p. 131, ss.), voltando ao assunto mais adiante, para reconhecer ser um “livro inclassificável”, mas que se tornaria modelar. Mais recentemente, também Álvaro Manuel Machado reconhece que o trabalho “não pode ser rigorosamente considerado um romance histórico”, apesar das referências que o próprio escritor faz a Walter Scott e Vitor Hugo (Machado, 1998-1999, p. 72-73). Outros autores contemporâneos como Ofélia M. Caldas Paiva Monteiro (1973) falam em estilo digressivo, referindo, mais adiante, a variedade de estilos utilizados pelo autor em sua narrativa. O próprio Garrett parece ter consciência de que está a fazer alguma coisa nova e diferente, conforme alguns de seus críticos registraram. Escreve ele, na abertura do texto:

Neste despropositado e inclassificável livro das minhas *Viagens*, não é que se quebre, mas enreda-se o fio das histórias e das observações por tal modo, que, bem o vejo e sinto, só com muita paciência se pode deslindar e seguir em tão embaraçada meada (Garrett, 1973, p. 148).

De fato, o texto se apresenta profundamente variado. Vale lembrar um levantamento que serve como que um roteiro de leitura, promovido por José Pereira Tavares, com foco especial no romance entre Joanhina e Carlos que, afinal, são os heróis do entrecho e justificam, para muitos, a emoção da leitura:

---

segunda edição. Uma simples consulta à edição fac-similada da publicação, contudo, não deixa dúvidas quanto a seu título correto, *Revista Universal Lisbonense*, conforme Cabral (Coord.). *Garrett jornalista: Catálogo da exposição*. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1999, p. 44, ou a consulta ao site da Hemeroteca Municipal de Lisboa, que vem realizando a digitalização de seu acervo, a cargo do Dr. Álvaro Mattos: <<http://www.hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/RUL/RUL.htm>>. A revista circulou a partir de 1º de outubro de 1841. Circulava semanalmente, às quintas-feiras, conforme se lê na primeira página da edição de lançamento, com 12 páginas.

4 Ver, dentre outros, o prefácio de Marcelo Backes para a edição de Garrett, da Mercado Aberto, “Um autor sem escola” (Backes, 1999, p. 7).

O romance de Joaquina, que ocupa parte considerável da obra, principia no final do capítulo XI e segue no capítulo XII; o capítulo XIII corta o fio da história, que recomeça no capítulo XIV e segue, sem grandes divagações, até o capítulo XXV: continua depois a narração somente no capítulo XXXII e prolonga-se até o capítulo XXXV; nova interrupção até o capítulo XLII, inclusive, e o final do romance é constituído por uma carta de Carlos a Joaquina, que ocupa os capítulos XLIV a XLIX, com que fecha a obra (Tavares, 1954, p. XIX e XX).

Ou seja, evidencia-se que o *romance* não é necessariamente o *cerne* da obra, ao menos, não para o autor? A resposta precisa ser ponderada: certamente “Viagens na minha terra” não foi pensado *enquanto* um relato mais ou menos romântico, no sentido comum do termo, mais ou menos *folhetinesco*, também naquele sentido mais tradicional de um enredo melodramático e de final feliz, que nem isso existe no texto. Mas, à medida que ele avança, o romance, que poderia ser apenas um *adereço* ou um *chamariz* para o grande público, o chamado leitor *popular*<sup>5</sup>, acaba por se transformar, certamente, numa espécie de *chave* do texto, para uma leitura mais crítica e sutil, embora mais importante, já que nem o contexto político permitiria tanta transparência, nem talvez o próprio escritor a desejasse<sup>6</sup>.

A aparente gênese da obra é bem conhecida: “escritas no regresso de sua digressão ao vale de Santarem”, afirma João Gaspar Simões (1964, p. 133). Ela apresenta duas influências explícitas, a de Xavier de Maistre (de que se constitui a epígrafe do primeiro capítulo) e a de Laurence Sterne, na verdade, pela organização da obra, mais desse do que daquele. Se a literatura portuguesa estava historicamente marcada pelas grandes viagens oceanos afora (Graça, 1983), Garrett, de certo modo, inaugura a literatura de viagens internas, neste

5 Voltaremos a esta perspectiva, mais adiante, em nossa análise.

6 Almeida Garrett não tem qualquer identidade com o momento político-ideológico que se desenvolve. Para muitos intérpretes do escritor, tanto este trabalho quanto os poemas de Folhas caídas são textos mais de desilusão que de denúncia da situação.

7 Revolução – na verdade, tentativa de golpe de estado – liderado por Dom Miguel, a partir da Vila Franca de Xira, em 27 de maio de 1823, ainda no governo de Dom João VI, contando com a participação da Rainha Carlota Joaquina.

8 Trata-se de Dom Pedro I, no Brasil, que enfrenta o irmão, quando este se apropria do trono e tenta reinstaurar o antigo regime da aristocracia.

9 Cabralismo é a designação pela qual ficou conhecido o período, de 1842 a 1846, em que António Bernardo da Costa Cabral dominou a política portuguesa. O cabralismo caracterizou-se pela adoção da doutrina constitucional contida na restaurada Carta Constitucional de 1826, tomada como um dogma a respeitar escrupulosamente, permitindo assim criar um enquadramento estável que foi explorado pelo governo de Dona Maria II.

caso, duplamente interna, porque dentro do território português e, de outro lado, dentro de si mesmo, já que, também segundo boa parte dos intérpretes do escritor, o personagem Carlos é o *alter ego* de Almeida Garrett e por isso o romance entre Carlos e Joaquina adquire, naquela segunda leitura que mencionamos, um simbolismo fundamental.

Façamos agora, contudo, uma digressão pela biografia de Almeida Garrett, contextualizando sua história com alguns acontecimentos da história política e cultural de Portugal. Garrett nasceu na cidade do Porto, em uma família burguesa, abastada e conservadora (Cabral, 1999). Em 1809, experimentará seu primeiro exílio, motivado pela invasão francesa de 1808. A família dirige-se para os Açores. Em 1816, o jovem está matriculado na Universidade de Coimbra, onde estuda Direito e participa, entusiasmado, da revolução liberal de 1820, o chamado *vintismo*. Em 1823, contudo, experimenta o segundo exílio, motivado pelo movimento da Vilafrancada<sup>10</sup>, que pretende derrubar a administração liberal implantada no país. Volta em 1826, com um decreto de aparente anistia.

Inicia-se no jornalismo, mas é preso pela edição de *O Português*, um dos jornais que publicou naquela época. Exila-se mais uma vez na Inglaterra, quando do golpe de Dom Miguel, integrando-se em seguida às tropas de Dom Pedro IV<sup>11</sup>, que derruba o irmão e reinstaura a democracia em Portugal. Com a vitória de Dom Pedro IV, é nomeado Cônsul geral em Bruxelas e depois Inspetor Geral dos Teatros, empenhando-se na criação do Conservatório de Arte Dramática e na construção do Teatro Nacional Dona Maria II, em Lisboa.

É um dos redatores da Constituição de 1838. Opõe-se ao cabralismo<sup>12</sup>, na medida em que identifica a substituição dos antigos barões da aristocracia pelos novos barões da burguesia e empenha-se na defesa de uma lei sobre a

---

10 Regeneração é a designação dada ao período da Monarquia Constitucional portuguesa que se seguiu à insurreição militar de 1º de Maio de 1851, que levou à queda de Costa Cabral e dos governos de inspiração setembrista. O período da Regeneração durou cerca de 17 anos, terminando com a revolta da Janeirinha, em 1868, que levou o Partido Reformista ao poder. A Regeneração foi caracterizada pelo esforço de desenvolvimento econômico e de modernização de Portugal, a que se associaram pesadas medidas fiscais.

11 No sentido que se lhe pode dar à expressão, na época, isto é, o publicista – na melhor tradição britânica dos Jonathan Swift, Daniel Defoe e John Milton: a livre divulgação e debate de ideias através da imprensa, junto à opinião pública.

12 Conta-se que Garrett conhecera a irmã de Midosi, a jovem Luísa, de apenas 13 anos, com quem se casaria nove meses depois. Foi para ela que ele teria redigido esta publicação. No catálogo mencionado, observa-se: “Até este momento, G. desempenhou apenas o seu papel de jornalista ao nível de colaboração em várias folhas periódicas. A partir daqui acentuou-se a sua actividade jornalística, com a fundação, por si próprio, de alguns jornais” (p. 26, nota 3). Todos os textos sobre modas, namoro, bailes, teatro, jogo, passeios e variedades seriam do próprio Garrett, segundo Henrique C. Ferreira Lima (Lima, 8 de maio de 1926).

propriedade literária. Discordando permanentemente de uma série de decisões, que considera como desvios do grande projeto liberal que idealizara, Garrett (1973) vai-se tornando gradualmente moderado, chegando a ser nomeado “Par do Reino” e recebendo o título de “Visconde”. Entre 1852 e 1853, não obstante, apoia a Regeneração<sup>13</sup>, sendo designado Ministro dos Negócios Estrangeiros, mas é em seguida demitido e nomeado plenipotenciário para negociações com a Cúria Romana. Vem a falecer em 9 de dezembro de 1854.

Por que este panorama histórico e político é importante? Porque ele estabelece relação direta entre a vida privada e a vida pública do escritor que, em sendo um militante constante e fiel defensor das liberdades civis, especialmente a liberdade de livre expressão, que se objetivaria na liberdade de imprensa, participa ativamente de todos esses acontecimentos, durante os quais recebe encargos ou sofre perseguições, o que vai resultar em seus pelo menos três exílios, que influenciam decisivamente sua obra.

Registrada esta relação genérica, digamos, entre personagem e acontecimentos contextualizados de sua época, queremos fazer um recorte específico a respeito do jornalismo e de sua função, quer para Portugal, quer para a obra do escritor, neste caso, enquanto criador literário e enquanto jornalista<sup>14</sup>.

Em 1826, Garrett retorna a Portugal para dedicar-se ao jornalismo; engaja-se diretamente na luta liberal. Perseguido politicamente, foi obrigado a retornar

---

13 “Foi em *O Portuguez* (Lisboa, 30 de outubro de 1826-17 de setembro de 1827) que Almeida Garrett se pode considerar o verdadeiro criador do folhetim em Portugal, num notável escrito a propósito da ópera *Didone, de Mercadante*, publicado a 28 de abril de 1827”, registra um historiador da imprensa portuguesa (Tengarrinha, 2013, p. 816). O autor está a referir-se, de passagem, ao surgimento do folhetim na imprensa portuguesa. Logo adiante, fala sobre o folhetim-crônica, mas curiosamente, ainda que o conceitue enquanto “análise espirituosa da vida da sociedade” não vincula este tipo de crônica a qualquer prática jornalística de Garrett. Se é correto diferenciar o folhetim, em sentido estrito, do folhetim-crônica, como deseja o autor, há que se diferenciar, igualmente, o folhetim, neste mesmo sentido estrito, do romance-folhetim. Remetendo-nos a Antonio Candido, em “A vida ao rés-de-chão”, lemos: “antes de ser crônica propriamente dita, foi folhetim, ou seja, um artigo de rodapé sobre as questões do dia – políticas, sociais, artísticas, literárias” (Candido, 1992, p. 15); ou seja, como já registrou Antonio Hohlfeldt, o folhetim é, em primeiro lugar, um lugar físico do jornal: o rodapé da primeira página (Hohlfeldt, 2003). Quanto ao conteúdo, ele é, como afirma Antonio Candido, um comentário sobre as questões do dia. Quanto ao romance-folhetim, é aquele espaço ocupado pelo texto de um romance, que passa a ser fatiado diário ou semanalmente, para caber naquele espaço que lhe foi dedicado. Assim, o corte arbitrário marcou os primeiros romances em folhetim, diferença mostrada por Marlyse Meyer (2001). É quando Alexandre Dumas passa a organizar seu texto de tal forma que, ao final do espaço, a ação suspensa causará o suspense que fará com que o leitor procure o jornal no dia seguinte, para saber o desfecho da cena. É este que se instaura, propriamente dito, o romance-folhetim. No caso de Garrett, vê-se que ele trouxe para Portugal a prática do folhetim. A tese que defendemos, contudo, pretende que, além disso, ele praticaria igualmente o romance-folhetim ou o folhetim-crônica, como quer Tengarrinha, nos termos em que se desenvolve pouco adiante, no corpo principal deste ensaio.

14 Todas as citações da publicação na RUL foram buscadas na Hemeroteca Digital de Lisboa. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/RUL/1843-1844/Nov>>. Acesso: 25 ago. 2016.

ao antigo exílio, a Inglaterra. É dessa época o início dos estudos dos romances populares portugueses, que vêm desde a Idade Média. Politicamente, Garrett procura aproximar-se dos monarquistas liberais. Em 1831, funda em Londres o jornal *O precursor*, em que defende a união dos liberais em torno de Dom Pedro IV, que havia abdicado do trono brasileiro (Abdala Junior e Paschoalin, 1982, p. 83 - 84). A síntese, aparentemente simples, apresentada pelos dois estudiosos é, na verdade, extremamente precisa e identifica um marco na vida e na obra de Garrett: deve-se entender que, em 1826, o jovem escritor retorna da Inglaterra para fazer política através da imprensa.

Almeida Garrett já colaborara com algumas publicações, anteriormente: o levantamento do catálogo da exposição “Garrett jornalista” relaciona *O patriota* (Lisboa), em que, entre 1820 e 1821 Garrett escreve artigos políticos; *A Borboleta Constitucional* (Porto), com uma carta enviada ao editor, em 1821; *O Patriota Funchalense* (Funchal, Açores), onde, no mesmo ano, é publicada sua carta agradecendo o fato de o jornal ter adotado alguns versos seus como epígrafe da publicação, como era comum então; *O Português constitucional regenerado* (Lisboa), em que, ainda em 1821, publica dois artigos, um de fundo político e outro de cunho literário; *Jornal da Sociedade Literária Patriótica* (Lisboa), onde, em 1822, duas intervenções suas são transcritas em sessões da entidade. Chegara, mesmo, a editar *O toucador* (Lisboa), “periódico sem política, dirigido às senhoras portuguesas”, cuja responsabilidade de publicação, ao longo de suas sete edições, repartiu com Luiz Francisco Midosi, a partir de fevereiro de 1822 (Costa, 1999, p. 21)<sup>15</sup>.

A *RUL* foi um semanário generalista, editado regularmente entre outubro de 1841 e junho de 1853, embora tenha perdurado até 1859, de forma intermitente. Trata-se, portanto, de um produto da Monarquia Constitucional, contemporâneo das últimas lutas liberais e do arranque do movimento regenerador que aglutina a nação em torno do projeto de desenvolvimento material do país.

Durante esses anos de vida, conheceu três diretores: António Feliciano de Castilho (1841-45), José Maria da Silva Leal (1845-47) e Sebastião José Ribeiro de Sá (1848-53) – e algumas reformulações, mas no essencial, o projeto manteve as características que lhe dão identidade. A primeira edição é lançada a 1º de outubro de 1841, quinta-feira, com o título de *Revista Universal Agrícola*,

---

15 Como mencionamos anteriormente, cada notícia tinha uma numeração contínua. No caso do capítulo V, a “Advertência” foi estampada sem qualquer numeração. Aqui, ao contrário, a “Breve nota” está claramente separada do texto de Garrett, embora se inicie fazendo alusão explícita àquela advertência anterior.

*Comercial e Económica de Todo o Mundo*. Os escritórios da redação se localizavam em Lisboa, no 1º andar do nº 107, da Rua dos Fanqueiros. A revista é impressa na *Typografia* de J. A. S. Rodrigues, situada na Rua da Condeça (sic), nº 19, também em Lisboa. Nas doze páginas de cada edição da *RUL*, estão dispostas as mais variadas matérias. Não sendo perceptível claramente um princípio estruturante dos conteúdos, é evidente a atenção dada a temas relacionados com a agricultura e a indústria, desenvolvidos sob a forma de conselhos práticos ou tendo em vista a divulgação de recentes experiências e invenções realizadas em Portugal e, sobretudo, em outros países europeus, como a França e a Alemanha, mas também nos Estados Unidos da América. De qualquer modo, pode-se observar certas editorias, como “Variedades”, “Notícias”, que se subdividem em estrangeiras, Portugal e outras. O fato de a origem ou o contexto da informação se encontrar em evidência, sob a forma de subtítulo, reflete, de qualquer modo, a preocupação em conferir à publicação uma imagem cosmopolita e moderna.

Até o final do ano de 1841, são publicadas 14 edições, num total de 170 páginas. Como é comum nesta época, a *RUL* foi concebida para ser colecionável, pelo que as suas páginas apresentam uma numeração contínua. As próprias notícias são numeradas, de forma que, a cada conjunto de 48 edições (um ano, compondo quatro séries, em um volume) está associado um índice, o que confere à *RUL* o aspecto de uma enciclopédia em fascículos. Além do mais, cada artigo aparece numerado, como um verbete. No ano seguinte, 1842, o jornal conhece suas primeiras reformulações.

Logo no primeiro número, com data de 6 de janeiro, é visível um esforço de simplificação, quer do título do jornal, que se resume a *Revista Universal*, quer do grafismo, sendo abandonada a moldura floreada das páginas e o uso de um tipo cursivo nos títulos, que lhe conferiam uma imagem antiquada. Ainda no que concerne às reformulações que a *RUL* conheceu em 1842, importa destacar que o título de *RUL* é usado pela primeira vez no número 3, de 20 de janeiro daquele ano. Não é dada qualquer explicação para essa mudança, e a revista é impressa na *Typographia* da Gazeta dos Tribunaes, na Rua dos Fanqueiros, n. 29.

Mas nada é definitivo: até 17 de março, verifica-se uma utilização hesitante de um e outro título e, curiosamente, a cada um deles está associada uma tipografia diferente. A assunção definitiva do título *RUL* ocorre a 24 de março, no quadro de uma reforma mais ampla, cujo programa fora anunciado nas duas edições anteriores à referida. Da sua leitura, depreende-se que a mudança – materializada numa maior diversidade de assuntos tratados – procura dar resposta às críticas e sugestões dos leitores e sua viabilidade decorre da utilização de “uma fundição nova de formoso typo miúdo”.



Em cada volume da *RUL* há, ainda, uma lista dos colaboradores, onde figuram, ao lado de correspondentes anônimos, nomes de vulto da literatura portuguesa, como Camilo Castelo Branco, Almeida Garrett, Alexandre Herculano, José da Silva Mendes Leal e Bulhão Pato, entre muitos outros. Refira-se, ainda, que o número de colaboradores é sempre superior a meia centena, atingindo o seu máximo (144) no v. IV (1844-45), que coincide com o do último ano da direção de António Feliciano de Castilho. No volume IX (1849-50), já sob a direção de Sebastião José Ribeiro de Sá, constam apenas 43 colaboradores, mas, nos volumes seguintes, essa informação deixa de ser prestada.

Além de inúmeras referências bibliográficas, foram muitas as obras portuguesas, mas também algumas traduções, editadas na *RUL*, como “Viagens na minha terra”, de Almeida Garrett (1846), “Eurico, o presbítero”, de Alexandre Herculano (1844), “Flor-do-mar”, de Mendes Leal Júnior (1843), “Rosa e Thesoiro”, de João de Andrade Corvo (1843), “D. Sebastião-o-desejado”, de Francisco Maria Bordallo (1844), “O preso”, de Sebastião José Ribeiro de Sá (1847), dentre muitas outras.

É também em 1842 que aparece, pela primeira vez, o preço do jornal avulso: 80 réis; por sua vez, verifica-se que o valor das assinaturas, anunciado na primeira página, sofre um aumento da ordem de 25% em relação aos valores iniciais. No entanto, esta alteração só afeta os novos assinantes, já que, para os fundadores, os preços se mantêm inalterados. O jornal é parco em informações sobre as tiragens praticadas, que provavelmente se ajustariam ao número de assinantes. No entanto, quando António Feliciano de Castilho apresenta aos leitores o programa de “Reformação da *Revista Universal*”, referindo-se ao ano de 1841, dá a entender que a tiragem atingiria os 3.000 exemplares (*RUL*, [1842] 2016).

Na última edição do Volume IV, de 19 de junho 1845, António Feliciano de Castilho despede-se dos leitores da publicação, com um balanço dos quatro anos da sua direção, justificando as suas opções editoriais com razões de pendor nacionalista e dando-se por satisfeito com os resultados alcançados. A partir daquela data até 2 de dezembro de 1847, o jornal passa a ser dirigido por José Maria da Silva Leal. No “Prólogo” do Volume V, ele reafirma a missão educacional da *RUL* e anuncia ligeiras alterações na nomenclatura das seções que, doravante são: “Conhecimentos Úteis”, “Litteratura e Bellas-Artes” e “Variedades”, onde constarão as notícias, sob o título “correio nacional” e “correio estrangeiro e outras curiosidades”.

A partir de junho de 1853, a *RUL* conhecerá uma edição muito irregular, pontuada por algumas tentativas de reformulação, com impacto no seu

formato, na sua periodicidade, nos seus conteúdos, etc., mas o seu tempo de vida esgotara-se. Em 1859, a *RUL* interrompeu-se definitivamente.

É no período em que o periódico está dirigido por Antônio Feliciano de Castilho que se inicia a publicação de “Viagens na minha terra”. Como a publicação do trabalho sofrerá percalços, sendo interrompida, num primeiro momento, depois retomada desde o seu início, seguindo, então, até o final, mas sempre com alguns saltos em relação às edições semanais da publicação, o roteiro desenvolvido por José Pereira Tavares é bastante útil (1954, p. XXI).

1. O capítulo I apareceu no tomo II, edição nº 48 (17 de agosto de 1843), p. 593-595;

2. Os capítulos II a VI se editam no tomo III. Antes do capítulo V, contudo, a redação da revista permitiu-se fazer imprimir uma “advertência”, tema a que voltaremos, posteriormente;

3. Com o capítulo VI, interrompe-se a publicação (7 de dezembro de 1843, portanto, quase 4 meses após iniciada, não sem que (a redação, ainda uma vez?) se divulgue, logo após o texto de Garrett, sob o título “Lei da imprensa”, uma “Breve nota ao capítulo precedente”; a partir daí, a publicação cessa;

4. O capítulo I é reeditado no tomo V, edição n. 1, com algumas modificações, como os capítulos que se seguem e que já haviam sido publicados na mesma revista;

5. Os capítulos II a XVI aparecem nas edições de n. 2 a 16;

6. O capítulo XVII salta uma edição, saindo no n. 18, e assim se segue até o capítulo XXIV, um capítulo por semana, até a edição n. 25, entre 23 de outubro e 11 de dezembro de 1845; nessa última edição, aparece o texto que, mais tarde, serviria para a segunda edição da obra, a primeira em livro, em 1846;

7. Os capítulos XXV a XXXVIII estão publicados no tomo V, edições 26, 29 a 33; 38; 42 a 48, ou seja, com algumas intermitências; na edição 49 da revista, iniciar-se-ia o alegado segundo tomo da publicação em livro, já que as primeiras edições em livro estavam divididas em dois tomos;

8. A edição 34, embora não trouxesse estampado o texto de Garrett, anunciava a publicação do primeiro tomo – em livro – de sua obra;

9. Na edição 36, anunciava-se a disposição de se retomar a publicação da obra e, na edição seguinte, explicava-se que as atividades parlamentares do autor eram responsáveis pelo atraso da circulação dos novos capítulos das “Viagens na minha terra”; explicava-se que, para compensar o atraso, e quebrando-se o padrão até então adotado, sendo por isso mesmo necessário o aviso, publicar-se-iam dois ou mais capítulos, se necessário fosse;

10. Finalmente, os capítulos XXXIX a XLIX integram o tomo VI (de 1846 a 1847), mas ainda com intermitências, sendo publicados nas edições 6, 12, 16, 18 a 25 (2 de julho a 12 de novembro de 1846).

O texto original de “Viagens na minha terra”, como o conhecemos, inicia-se com a epígrafe de Xavier de Maistre. A página da revista é dividida em duas colunas. O texto começa na parte baixa da segunda, continua em toda a página 594 e se encerra na parte alta da segunda coluna da página 595, com uma assinatura de iniciais, “A. G.”, a que se segue o alerta da redação, comum ao romance folhetim tradicional, tal como se o vinha praticando pelo menos desde 1836, nas páginas do francês *La Presse*, de Paris, que o inaugurou, e era copiado em todos os jornais do mundo inteiro: “(Continuar-se-á)”<sup>16</sup>.

A publicação do texto de “Viagens na minha terra”, contudo, não foi isenta de percalços, na própria revista. Publicando um capítulo do futuro livro, na forma de folhetim, em cada edição da revista (comparação cuidadosa que fizemos), quando se chega ao quinto capítulo da obra, na edição 14 do tomo III, datada de 23 de novembro de 1844, páginas 163 a 164, seu texto é antecedido por uma “Advertência”, firmada por “A Redação”, que de certo modo antecipa ou defende de certa censura o escritor, nos termos seguintes:

É a “Viagens na minha terra” obra política e partidária para deverem estranhar o vê-la em nossa folha?! Eis aqui a este respeito candidamente a nossa opinião. O autor é um dos sectários sabidos e confessados da oposição. No seu escrito dá testemunho disso mesmo: mas o seu escrito, ainda assim, não deve ser havido como político. Em obras literárias e poéticas do gênero desta, ao revés das obras científicas, técnicas ou de qualquer outro modo didáticas, o estilo é o fundo principal e às vezes o todo: a doutrina ocupa o segundo lugar e às vezes nenhum; é como em certas músicas: agradam e não se lhes pergunta pela trova. Se a “Viagens na minha terra” vai como romance bem está, e bem estamos; o restante que lembre em furtacores as da esquerda, as da direita, ou as do centro – pouco mal e pouco bem virá por aí à república: que nem já hoje se transformem opiniões com palavras, nem com duas ou três frases desgarradas no meio de uma relação leve e faceta se hão delas nunca transformar. Os que tomarem a política pelo caroço deste fruto literário, comam-no deitando fora o caroço; os que a julgarem casca, comam-no, sem a casca – os que a tomaram pela polpa não na comam – e temos correntes as nossas contas<sup>17</sup> (RUL, 2016, p. 163 -164).

16 Conforme indicação acima, ainda na abertura deste trabalho.

17 O texto referido foi publicado na última edição de *O Portuguese*, quando o jornal foi fechado e ele mesmo aprisionado, conforme queria seu principal detrator, o Pe. José Agostinho de Macedo. Registramos, igualmente, que esta passagem apresenta lamentável atualidade: basta aplicá-la, por exemplo, às experiências vividas pelos editores dos jornais alternativos brasileiros *Opinião* e *Movimento*,

O texto pode ser lido como uma espécie de reflexão do diretor da publicação, talvez tentando antecipar-se a algum problema ou, pelo contrário, é uma defesa do texto que tenta ser o mais eficiente possível, talvez sugerida até pelo próprio escritor, ao se dar conta de eventuais pressões contra a publicação? Contudo, na edição seguinte, de 30 de novembro, nada é publicado. O capítulo VI aparece apenas na edição de 7 de dezembro, nas páginas 186 a 188, mas imediatamente seguido de uma “Breve nota ao capítulo precedente”, sob a chamada “Lei de imprensa”, inclusive com uma numeração diversa daquela utilizada para o próprio texto de Garrett (RUL, 2016)<sup>18</sup>. No texto, que é longo (praticamente uma página da publicação), o autor – anônimo (A redação? O autor?) – discorre profundamente sobre o texto, como se realizasse sua exegese. A partir de então, a publicação de “Viagens na minha terra” é interrompida, sem qualquer explicação ao leitor e só será retomada quando António Feliciano de Castilho já deixou a direção da revista. É sob a direção de José Maria da Silva Leal que, em 26 de junho de 1845, a narrativa é retomada. A publicação faz uma longa explicação, que ora parece sugerir que teria sido o autor quem decidira não mais publicar, ora simplesmente pretende esquecer a situação anterior e retomar o contato com o escritor. Registrando que Garrett havia modificado significativamente o texto original dos capítulos já publicados, a revista decide reeditá-los, agregando que, também por causa do intervalo de tempo decorrido, isso facilitaria a leitura do texto para o leitor interessado. A revista repete, então, a nota introdutória original, com que se iniciara a primeira publicação, e reimprime o primeiro capítulo do livro.

Retomemos, agora, todas as questões levantadas até aqui para que possamos dispô-las e analisá-las:

1. O primeiro registro que nos interessa é a indicação, por Marcelo Backes, de que haveria algo de reportagem no texto de “Viagens na minha terra” (Backes, 1999);

2. O romance de Carlos e Joaninha, que teria nascido apenas como chamariz para o leitor popular, acaba por transformar-se numa espécie de chave do texto;

---

após o Ato Institucional nº 5, que levou essas publicações à censura prévia, tal como se realizava em Portugal, na época do escritor.

18 Já que a revista mantinha paginação corrida. Revista Universal Lisbonense. Verbete 2011, p. 593. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/RUL/1842-1843/Agos>>. Acesso em: 21 ago. 2016.

3. A dificuldade que todos os críticos têm encontrado em acomodar o texto de “Viagens na minha terra” a um modelo de gênero pré-existente;

4. As múltiplas atividades políticas do escritor seriam responsáveis pelo eventual atraso da publicação dos textos para a revista;

5. A revista, quando retoma a publicação de “Viagens na minha terra”, alerta que, no afã de levar sua publicação até o final, poderá acumular dois ou mais capítulos numa única edição, o que caracteriza (a revista) como uma quebra de procedimento padrão;

6. O formato do folhetim, pelo qual optara, originalmente, Almeida Garrett, pode ser considerado como uma escolha consciente ou foi apenas uma alternativa mercadológica?

A tese que levantamos é que Almeida Garrett escolheu conscientemente, na procura de um espaço e na busca de um estilo para se expressar, uma revista (ou jornal, como queiram) como a *RUL*. Todos os historiadores e estudiosos da obra do escritor reconhecem que ele sempre valorizou a imprensa pela sua função didática e libertária na sociedade portuguesa, naquela época ainda em busca de uma democracia formal mais constante e equilibrada. Da poesia ao texto prosaico, entre o livro e o jornal, Almeida Garrett evidencia compreender que havia diferenças profundas nas funções sociais complementares, conforme buscamos evidenciar nas citações aqui transcritas em torno da importância da imprensa e do jornal. Garrett lutou permanente e tenazmente contra a possibilidade da censura à imprensa, conforme se depreende desta sua passagem:

As dificuldades da censura avultam dia a dia; os perigos de escrever redobram. Não me desanimara isso; mas desanima-me a inutilidade de escrever. E nem ainda assim me impedira isso de fazê-lo, mas os obstáculos da censura têm crescido de tal modo que não é possível escrever. Não basta cortar, é necessário substituir ainda às palavras e aos pensamentos do escritor as palavras e as ideias que manda o censor. Não há homem de bem que queira escrever assim (Tengarrinha, 2013, p. 436, nota 32).

Por outro lado, ele apresenta evidente compreensão a respeito do que seja um jornal, enquanto empreendimento, inclusive capitalista: assim, além de fundar, dirigir, colaborar e redigir inúmeros jornais, investiu alguns capitais próprios. José Tengarrinha indica que o primeiro jornal criado em Portugal por uma sociedade de ações foi justamente “O Portuguez”, de Garrett, em 1826, antecipando-se ao que se faria, mais tarde, com “A Revolução de Novembro”

(Tengarrinha, 2013, p. 881, nota 14). Se Garrett adere a e se utiliza desta nova fórmula de empreendimento jornalístico, não menos claro é seu entendimento a respeito da liberdade do escritor em escolher onde e como deve escrever e publicar. Juntamente com Alexandre Herculano, dentre outros, não só defendeu os direitos autorais do escritor quanto sua independência política e ideológica, conforme a declaração (ou manifesto) que ele redigiu e apresentou, na sessão de 3 de setembro de 1846, da Liga ou Associação Promotora dos Melhoramentos da Imprensa, e que foi igualmente assinada por Alexandre Herculano. O texto é relativamente longo, mas dele destacamos:

Os abaixo-assinados, escritores públicos e homens de letras, solenemente declaram que entendem ser inteiramente alheios às questões materiais e positivas do governo da Nação e às dos partidos em que ela se divide, o mister das letras, das ciências e das artes, e que por isso não reputam quebra do próprio pundonor e lealdade à livre cooperação do escritor em qualquer publicação periódica, empresa ou sociedade, para fins puramente literários, embora o espírito dessas publicações, empresa ou sociedades portuguesas represente ideia diversa das suas nas questões políticas da atualidade (Tengarrinha, 2013, p. 917-918).

Mais que isso, contudo, os críticos e estudiosos de Almeida Garrett são unânimes em evidenciar que o escritor sempre buscou uma aproximação com o leitor, de modo a ser lido e compreendido, alcançando exercer, dessa maneira, seu objetivo maior, que era pedagógico. Nesse sentido, sua compreensão do jornalismo e da imprensa em geral deve ser aproximada daquele princípio que sempre norteou o publicismo inglês e de que ele certamente se imbuíu, devendo-se lembrar seus dois exílios em Inglaterra. Tengarrinha explicita essa questão, não apenas em relação a Garrett, mas no que toca às relações estabelecidas entre a literatura e a imprensa, relações, aliás, igualmente existentes e buscadas, quer entre os homens de letras e jornalistas franceses (lembremos Honoré de Balzac), quer entre os homens de letras e os jornalistas brasileiros (consulte-se, a respeito, dentre outros, Antonio Candido e Wilson Martins, por exemplo):

O jornalismo dava assim aos grandes escritores oportunidade para tornar públicas as suas ideias, comunicando com um mais vasto espectro de leitores do que os culturalmente mais exigentes, confinados às publicações de maior fôlego. E, para além da transitoriedade do valor intrínseco dos artigos, há que salientar a influência exercida sobre o gosto do público e sobre outros gêneros literários. Traço marcante é, assim, a relação que esse jornalismo de

opinião ou romântico estabelece com o leitor (Tengarrinha, 2013, p. 616).

---

Desde os anos 1820, ficou aqui cabalmente documentado, Almeida Garrett colaborou assiduamente com jornais. Depois de 1826, quando retorna a Portugal do primeiro exílio inglês, funda dois jornais políticos, *O Portuguez* e *O Chronista*. Naquele período inicial, ao editar *O Toucador*, buscara concretizar dois objetivos: informar e modelar o comportamento de sua jovem noiva e depois esposa; e, para isso, constituir uma linguagem simples, fluente e compreensível. São esses dois objetivos que perdurarão em toda a sua militância pessoal, muitas e muitas vezes consubstanciada na atividade jornalística. Ele não pode se limitar às páginas de um livro em volume, lido por absoluta minoria num Portugal carcomido pelo analfabetismo. Ele escolhe, pois, conscientemente, o jornal como veículo de aproximação ao grande público, com quem quer colaborar e a quem deseja ajudar a sair da ignorância e da subserviência política. Daí, em sua maturidade, busca produzir um texto que, inovando na forma, simplificando – na aparência – a linguagem, e divulgando-o em um jornal, permita-lhe discutir com seus concidadãos, se não no dia a dia, ao menos semanalmente. Ele se preocupa com aquilo que, cotidianamente, ocorre no país, ao mesmo tempo em que apresenta ideias, desenvolve raciocínios e, por via das dúvidas, para garantir a leitura, inclui uma trama de agrado a todos os leitores, que é o romance entre Carlos e Joaquina, romance que não precisa terminar bem, porque, afinal, ao encerrar o texto, seus objetivos foram atingidos. Mas, é nesse romance que, sobretudo, ele descobriu poder representar, simbolicamente, a si mesmo e ao drama dos portugueses, conforme explicita Francisco Manuel Silveira:

A denúncia da grande contradição romântica a que não escapara Portugal: o Liberalismo sob cuja bandeira se fizera a Revolução e, mais particularmente, o movimento constitucionalista português, resultara num grande (ma)logro. É este (ma)logro que Garrett vai examinar em *Viagens na minha terra*, buscando-lhe as causas e razões. [...] Lê-se, portanto, na fábula sentimental de Carlos e Joaquina que a vitória do Liberalismo foi alcançada à custa de lamentáveis equívocos e perdas, redundando num malogro. Afinal, o movimento liberal triunfou em Portugal através de uma guerra civil que dividiu muitos familiares, a começar pelos irmãos D. Pedro IV e D. Miguel. Com o Liberalismo surgiram os barões capitalistas do constitucionalismo, vitoriosos sobre o espiritualismo e a religiosidade (Silveira, 1969, p. 8, 9 e 13).

---

Eis, então, as opções formais de Garrett: editar em jornal um texto que, renovado a cada semana, trouxesse à discussão e à atenção do leitor temas contemporâneos, de modo a levá-lo à compreensão de sua realidade. No jornal, optou pelo espaço do folhetim. Quanto à linguagem, o escritor estende a mão ao leitor, na bela metáfora de João Gaspar Simões:

Ele quer conversar, ele quer contar histórias como sua velha Brizida, a ama da infância, o fizera. Daí o estilo coloquial, o tom conversacional, o dirigir-se diretamente ao benévolo leitor ou ao leitor amigo, estabelecendo familiaridade entre o narrador (que é o alter ego do autor) e o leitor, associando-o tão intimamente aos seus pensamentos e aos seus passos que o não abandona um instante, ou, quando porventura o faz, é para logo, em seguida lhe dar satisfação do abandono a que o votou, quer porque se permitiu uma digressão fora do assunto principal da sua conversa fiada, quer porque, tendo-se esquecido de que se detivera, obrigando o leitor a deter-se com ele, tal qual dois amigos que seguem na estrada fora e no momento mais caloroso da discussão para e ficam parados, à torreira do sol ou ao castigo da chuva (Simões, 1964, p. 135-137).

Simões aprofunda sua análise, mostrando que o narrador (nesse caso, o autor, travestido em personagem), é uma espécie de olhar intermediário entre o leitor e os acontecimentos: o narrador olha os fatos e depois os relata, mas mais que isso, relata-os comentando-os e explicando-os, contextualizando-os, para que eles se tornem claramente compreensíveis a todos. Daí o tom jornalístico: existiu uma viagem real que acaba servindo de ponto de partida para o projeto do texto, no que resulta um “livro todo – caleidoscópico, aquarílico, ajuntamento de reflexões e de ideias”, como conclui Marcelo Backes (1999, p. 15).

Maria de Fátima Marinho se equivoca ao avaliar, mas acerta ao mostrar que “Viagens na minha terra” não pode ser rigorosamente considerado um romance histórico, uma vez que as suas referências extra-textuais se reportam a uma história recente, a guerra civil entre liberais e absolutistas” (Marinho, 1998-1999, p. 72-73): era a respeito desse contexto que Garrett pretendia esclarecer seus leitores contemporâneos. Assim, a viagem que serve de motivo para a narrativa não é apenas uma viagem pelo interior do país, mas sobretudo pelo interior de sua realidade político-social. Por isso, uma “aproximação da língua falada que, no entanto, não deixa de ser literária, isto é, conscientemente artística”, conforme anotam António José Saraiva e Óscar Lopes (1975, p. 772), resultando num trabalho inovador e pioneiro:



Ninguém entrara tão sutilmente na análise do que há de convencional, fictício ou autêntico na vida sentimental, na confusão de verdade e de mentira, de vida actual e de sobrevivência que é o todo afectivo de cada indivíduo; e ninguém pôs em termos tão agudos o problema do desgarrar da personalidade na mudança de tudo, ligando-o, ao mesmo tempo, ao cepticismo superveniente a uma causa generosa que degenera; Carlos descrê de um seu amor verdadeiro, ao mesmo tempo que descrê da revolução que substitui o domínio do frade pelo barão capitalista do Constitucionalismo, preparando-se ele próprio para a comédia da vida social com o futuro trunfo político nesse liberalismo mistificado (Saraiva e Lopes, 1975, p. 776).

Combinam-se, assim, a novidade do suporte – jornal, na forma do folhetim (Tengarrinha, 2013) – com a novidade do idioma – a língua falada – e a novidade temática – a política contemporânea, como observam, ainda, António José Saraiva e Oscar Lopes (1975).

Isso explica o sucesso contemporâneo e a permanência da obra. Mas se ainda houver alguma dúvida sobre a questão, observem-se as datas de início da alegada viagem, na narrativa, e a de publicação do primeiro folhetim: “São 17 do mês de julho, ano de graça de 1843, uma segunda-feira”, indica o narrador (Garrett, 1954, p. 9); quanto à publicação, confirma-se o registro de que o primeiro capítulo da obra, no formato de folhetim, saiu no dia 17 de agosto de 1843, dado que se confirma com a consulta, digitalizada, da referida publicação, exatos trinta dias depois de iniciada a viagem.

Em suma, a fama e o reconhecimento do autor não são gratuitos. Mais do que isso, contudo, importa reconhecer e valorizar a sensibilidade do escritor e do militante, capazes de combinar, artisticamente, a mensagem com um código e um canal coerentes. Teve razão Marshall McLuhan (1969) quando, pouco mais de um século depois, vai afirmar taxativamente: “o meio é a mensagem”, indicando com clareza as íntimas relações que existiriam entre forma e conteúdo; mais, entre mensagem e suporte, de onde a qualidade artística e a eficiência cultural da obra. McLuhann também se originara do campo literário, quando passou a explorar as fronteiras da comunicação.

Concluindo, o que podemos ver é que as relações entre Jornalismo e Literatura que existem, sim, são fortes e eficientes, naquele hoje já distante século XIX, são, também, bastante variáveis. Machado de Assis, no Brasil, dedica-se à crônica semanal, praticamente ao longo de sua vida. Almeida Garrett, por outro lado, opta, em algum momento, pelo formato do romance folhetim, a ser necessariamente estampado em páginas de jornais e/ou revistas, para alcançar um grande público e transmitir, desse modo, sua mensagem política.

Duas opções, duas experiências, dois caminhos pioneiros que haveriam de se multiplicar, ao longo do século XX e no atual, enriquecendo profundamente as relações entre o Jornalismo e a Literatura.

## REFERÊNCIAS

- ABDALA JR., Benjamin; PASCHOALIN, Maria Aparecida. **História social da literatura portuguesa**. São Paulo: Ática, 1982.
- ASSIS, José Maria Machado de. **Obras completas**. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc., 15 de setembro de 1862, v. 1, 1955.
- ASSIS, José Maria Machado de. **Obras completas**. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Inc., fevereiro de 1878, v. 3, 1955.
- ASSIS, José Maria Machado de. **Crônicas – Crítica – Poesia – Teatro**. São Paulo: Cultrix, 1964.
- ASSIS, José Maria Machado de. 20 de dezembro de 1869. In: MAGALHÃES JR., Raimundo. **Vida e obra de Machado de Assis**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/Brasília-INL, s/d.
- BACKES, Marcelo. Um autor sem escola. In: GARRETT, Almeida. **Viagens na minha terra**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1999.
- BALZAC, Honoré de. **Os jornalistas**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.
- BARBERO, Jesús Martin. **Das mídias às mediações**: Comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- BARRETO, Lima. **Os subterrâneos do Morro do Castelo**. São Paulo: Dantes, 1999.
- BARRETO FILHO. **Introdução a Machado de Assis**. Rio de Janeiro: Agir. 1947.
- BRAYNER, Sônia. Metamorfoses machadianas. In: BOSI, Alfredo e outros. **Machado de Assis**. São Paulo: Ática. 1982.
- CABRAL, Luís. **Garrett jornalista**. Catálogo da exposição, Porto, Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1999.
- CANDIDO, Antonio (Org.). **A crônica**: O gênero, sua fixação e suas transformações. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa; Campinas: UNICAMP, 1992.
- CARDOSO, Marília Rothier. Moda da crônica: frívola e cruel. In: **A crônica**: O gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa; Campinas: Unicamp, 1992.

- COELHO, Latino. **Garrett e Castilho**. Lisboa: Santos & Vieira, 1917.
- COSTA, Jorge. Catálogo. In: CABRAL, Luis (Coord.). **Garrett Jornalista**: Catálogo de exposição. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1999.
- COUTINHO, Afrânio. A crônica. In: **A literatura no Brasil**. Rio de Janeiro: Sul Americana, v. 6, 1968.
- \_\_\_\_\_. Machado de Assis cronista. In: **Machado de Assis na literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1990.
- DANTAS, Júlio. Prefácio. In: **Revista Universal Lisbonense**, verbete 2011, p. 593. Disponível em:<<http://hemerotecadigital.com-lisboa.pt/OBRAS/RUL/1842-1843/Agos.>>. Acesso em: 14 ago. 2016.
- DAVID, Sérgio Nazar – Garrett: O fim do primeiro exílio e o semanário *O Cronista* (1827). In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira e outros. **Literatura, história e política em Portugal (1820-1856)**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.
- DEFOE, Daniel. A aparição da sra. Veal. In: DEFOE, Daniel. **Contos de fantasmas**. Porto Alegre: L&PM, 1997.
- ECO, Umberto. **Seis passeios pelos bosques da ficção**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo. O velho Senado. In: **O velho Senado**, Brasília, Senado Federal. 1989.
- GARRETT, Almeida. **Viagens na minha terra**. Lisboa: Sá da Costa, 1954.
- \_\_\_\_\_. **Viagens na minha terra**. Lisboa: Atlântida, 1973.
- \_\_\_\_\_. **Viagens na minha terra**. São Paulo: FTD. 1992.
- \_\_\_\_\_. **Viagens na minha terra**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1999.
- GRAÇA, Luis. **A visão do Oriente na literatura portuguesa de viagens**: Os viajantes portugueses e os itinerários terrestres (1560-1670). Lisboa: Imprensa Nacional, 1983.
- HEMEROTECA DIGITAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA – Disponível em:<<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/FichasHistoricas/RUL.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2016.
- HOHLFELDT, Antonio. **Deus escreve certo por linhas tortas**. O romance-folhetim dos jornais de Porto Alegre – 1850-1900. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.
- MACHADO, Álvaro Manuel. Almeida Garrett: Mitologia Nacional e Romantismo Europeu. In: **Bibliotheca Portucalensis**. Porto: Biblioteca Pública Municipal do

Porto, II série, ed. 13/14, p. 72-73, 1998-1999.

MARINHO, Maria de Fátima. O aproveitamento da história na obra literária de Almeida Garrett. In: **Bibliotcheca Portacalensis**, II Série, n. 13-14, Porto, Biblioteca Pública Municipal, 1998-1999.

MOISÉS, Massaud. Nota preliminar. In: ASSIS, José Maria Machado de. **Crônicas-Crítica-Poesia-Teatro**. São Paulo: Cultrix, 1964.

MATTOS, Joaquim. **Os primeiros passos do Romantismo: O Toucador**, de Garrett. Porto, junho de 1999. Disponível em: <<http://www.alfarrabio.di.uminho.pt/vercial/zips/jmatos01.rtf>>. Acesso em: 14 ago. 2016.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. São Paulo: Cultrix, 1969.

MEYER, Marlyse. **O folhetim: Uma história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MILTON, John. **Areopagítica**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

MOISÉS, Massaud. Nota preliminar. In: ASSIS, Machado de. **Crônica – Crítica – Poesia – Teatro**. São Paulo: Cultrix, 1964.

MONTEIRO, Ofélia M. Caldas Paiva. Introdução. In: GARRETT, Almeida. **Viagens na minha terra**. Lisboa: Atlântida, 1973.

MONTELLO, Josué. O espírito político de Machado de Assis. In: **O velho Senado**. Brasília: Senado Federal, 1989.

PRADO COELHO, A. do. **O “romanceiro” de Garrett**. Lisboa: Clássica, 1962.

REVISTA UNIVERSAL LISBONENSE (RUL), Lisboa. Imprensa Nacional. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/RUL/194201843/Agos>>. Acesso em: 14 ago. 2016.

SARAIVA, António José; LOPES, Oscar. **História da literatura portuguesa**. Porto-Coimbra-Lisboa: Porto Editora-Livraria Arfinado; Empresa Litográfica Fluminense, 1975.

SILVA, João Lourival da Rocha Oliveira. **O Panorama (1837-1844): Jornalismo e ilustração em Portugal na primeira metade dos oitocentos**. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 2013. Mimeo.

SILVEIRA, Francisco Maciel. Viagem à roda de Viagens na minha terra. In: GARRETT, Almeida. **Viagens na minha terra**. São Paulo: FTD, 1969.

SIMÕES, João Gaspar. **Almeida Garrett**. Lisboa: Presença, 1964.

\_\_\_\_\_. **Garrett**. Porto: Tavares Martins, 1954.

SOUSA, Jorge Pedro (Org.). **A gênese do jornalismo lusófono e as Relações de Manuel Severim de Faria (1626-1628)**. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 2007.

\_\_\_\_\_. **Tobias Peucer**: Progenitor da teoria do jornalismo. Disponível em: <[www.bocc.ubi.pt](http://www.bocc.ubi.pt)>. Acesso em: 30 mai. 2016.

TAVARES, José Pereira. Prefácio. In: GARRETT, Almeida. **Viagens na minha terra**. Lisboa: Sá da Costa, 1954.

TENGARRINHA, José. **Nova história da imprensa portuguesa**. Das origens a 1965. Lisboa: Círculo de Leitores, 2013.

TINHORÃO, José Ramos. **Os romances em folhetins no Brasil: 1830 à atualidade**. São Paulo: Duas Cidades, 1994.

VARGUES, Isabel Nobre. Garrett jornalista. In: CABRAL, Luis (Coord.). **Garrett jornalista: Catálogo da exposição**. Porto: Biblioteca Pública Municipal, 1999.



Recebido em: 29/8/2016

Aceito em: 30/8/2016

Endereço do autor:

Antonio Hohlfeldt <[hohlfeldt@pucrs.br](mailto:hohlfeldt@pucrs.br)>

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social (PPGCOM)

Avenida Ipiranga, 6681 – Prédio 7 – Famedos

90619-900 – Porto Alegre – RS – Brasil